

# Sumário

Agradecimentos .....	VII
Apresentação.....	1
Prefácio.....	5
1. Introdução.....	9
2. Da Luta Contra a Corrupção: Aspectos Conceituais.....	13
2.1 A corrupção no Brasil: das suas raízes históricas ao momento atual.....	13
2.2 Delimitação conceitual da corrupção.....	21
2.1.1 A corrupção como fato social .....	24
2.2.2 Da corrupção privada e a interdisciplinaridade dos instrumentos de combate às práticas corruptivas.....	28
2.2.3 Das características e das propostas de combate à corrupção.....	33
2.2.4 Efeitos da corrupção e as razões para o seu combate.....	34
2.3 A corrupção e a Administração Pública .....	40
3. Legislação Brasileira e as Ações de Organismos Internacionais de Combate à Corrupção .....	43
3.1 Penalização e aplicação da Lei.....	55
3.2 Aspectos gerais sobre a Convenção de Mérida, a Convenção da OCDE e a legislação brasileira .....	57
3.2.1 Responsabilidade da pessoa jurídica e sanções .....	59
3.2.2 Sanções administrativas e responsabilidade civil .....	62
4. A Lei Anticorrupção de Pessoas Jurídicas: Lei nº 12.846/13 .....	71
4.1 Movimentos motivadores.....	71
4.1.1 EUA e Reino Unido .....	71
4.1.2 Itália.....	74
4.1.3 Espanha .....	76
4.1.4 Portugal.....	79
4.1.5 Manifestações populares no Brasil .....	82

4.2 Origem e justificativa .....	84
4.3 Abrangência da Lei .....	88
4.4 Das inovações.....	91
4.4.1 Da aplicação de regime de conformidade: compliance .....	91
4.4.2 Do acordo de leniência .....	106
4.4.3 A aplicação da responsabilidade objetiva à pessoa jurídica .....	109
4.5 Estrutura da Lei nº 12.846/13: responsabilidade objetiva administrativa e civil da pessoa jurídica.....	111
4.5.1 Responsabilidade civil objetiva .....	115
4.5.2 Responsabilidade administrativa .....	116
4.6 Do processo administrativo de responsabilização .....	124
4.6.1 Requisitos para a aplicação das sanções administrativas .....	125
4.6.2 Do processo administrativo .....	128
4.7 Da responsabilização judicial .....	132
4.7.1 Sanções judiciais .....	134
<b>5. Dissolução Compulsória da Pessoa Jurídica da Lei nº12.846/13.....</b>	<b>139</b>
5.1 Dicotomia entre a empresa e a sociedade empresária.....	141
5.1.1 A empresa .....	142
5.1.2 A pessoa jurídica: o empresário, a sociedade empresária. ....	144
5.2 A dissolução compulsória da pessoa jurídica na Lei nº 12.846/13.....	150
5.3 Da dissolução total da pessoa jurídica .....	153
5.3.1 Dissolução total de pleno direito.....	156
5.3.2 Dissolução por decisão da autoridade administrativa (ato do princípio) .....	158
5.3.3 Dissolução total judicial.....	159
5.4 Da dissolução parcial no Código de Processo Civil .....	160
5.4.1 Legitimidades ativa e passiva .....	164
5.4.2 Cabimento .....	165
5.4.3 Do procedimento.....	169
5.4.4 Dissolução parcial da sociedade anônima fechada.....	172
5.5 Do alcance da dissolução compulsória da pessoa jurídica na Lei nº 12.846/13 .....	175
<b>6. Princípios Constitucionais Aplicáveis à Atividade Empresária .....</b>	<b>183</b>
6.1 Breve distinção entre regras e princípios .....	183
6.2 O neoconstitucionalismo e a técnica de ponderação de interesses .....	187

6.3 Princípios constitucionais do Direito Empresarial na ordem econômica e social .....	192
6.3.1 Princípio da dignidade da pessoa humana.....	193
6.3.2 Princípios da livre iniciativa e da valorização do trabalho humano.....	198
6.3.3 Princípios da soberania nacional, da livre concorrência e da defesa do consumidor .....	199
6.3.4 Princípio da função social da propriedade.....	201
<b>7. Do Princípio da Função Social na Empresa e a Dissolução Compulsória da Pessoa Jurídica na Lei Anticorrupção.....</b>	<b>203</b>
7.1 Do princípio da função social da empresa .....	203
7.2 Do princípio da função social da empresa como mecanismo de efetivação à preservação da empresa .....	207
7.3 Do cabimento da dissolução compulsória parcial na Lei Anticorrupção à luz da função social e da preservação da empresa.....	211
7.3.1 Procedimentos: aspectos formais e materiais. Aplicabilidade do CPC/15.....	214
7.3.2 Do ajuizamento da ação civil pública .....	217
7.3.3 Fundamentos da admissibilidade da dissolução parcial .....	222
<b>8. Do Procedimento de Extinção da Pessoa Jurídica Regularmente Constituída Onde Todos os Sócios Estejam Envolvidos em Atos de Corrupção, Sem Afetado o Empreendimento Hígido e Preservação da Empresa.....</b>	<b>227</b>
8.1 Dissolução total pela impossibilidade do objeto social.....	228
8.2 Desapropriação de ações na Lei de Sociedade Anônima .....	231
8.3 Intervenção estatal .....	232
8.4 Regime especial de liquidação de cotas/ações .....	237
8.5 A dissolução parcial da pessoa jurídica na Lei Anticorrupção à luz do acoplamento estrutural da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann ....	239
<b>9. Conclusão.....</b>	<b>245</b>
<b>Referências .....</b>	<b>253</b>